



## **“Questão Social, Pandemia e Serviço Social: em defesa da vida e de uma educação emancipadora”**

**Eixo temático:** Política Social e Serviço Social

**Sub-eixo:** Crise, trabalho e tendências contemporâneas das políticas sociais no capitalismo

### **A NATUREZA E OS DILEMAS DO NEODESENVOLVIMENTISMO NO BRASIL**

IRIS SUNSYARAY MENDES FELICIANO DE ANDRADE <sup>1</sup>

#### **RESUMO**

O artigo é uma análise crítica da configuração do novo desenvolvimentismo ressurgido no Brasil, no início dos anos 2000 sob a execução do então presidente Lula da Silva. O exame proposto considera a totalidade das relações sociais para análise da condução política e econômica do período, buscando desvelar as principais contradições e por aproximações sucessivas chegar a essência do fenômeno investigado. Para essa apreensão, o método suplantado é o materialismo histórico dialético. O neodesenvolvimentismo tratou-se de uma tonificação do Estado neoliberal, subserviente à lógica financeira, macroeconômica e assentado nos desígnios do livre mercado, um regime para o engrandecimento de poucos.

**PALAVRAS-CHAVES:** Neodesenvolvimentismo. Brasil. Condução política e econômica

#### **RESUMEN**

El artículo es un análisis crítico de la configuración del

---

<sup>1</sup> Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal Do Rio De Janeiro

nuevo desarrollismo resurgente en Brasil a principios de la década de 2000 bajo la ejecución del entonces presidente Lula da Silva. El examen propuesto considera la totalidad de las relaciones sociales para el análisis de la conducción política y económica del período, buscando develar las principales contradicciones y, a través de sucesivas aproximaciones, llegar a la esencia del fenómeno investigado. Para esta aprehensión, el método aplicado es el materialismo histórico dialéctico. El neodesarrollismo se trataba de un fortalecimiento del estado neoliberal, subordinado a la lógica macroeconómica financeira y basado en los diseños del libre mercado, un régimen para el engrandecimiento de unos pocos.

**PALABRAS CLAVE:** Neodesarrollismo. Brasil. Conducción política y económica.

## I INTRODUÇÃO

Trabalha-se sob a hipótese de que o Neodesenvolvimentismo (NDV)<sup>2</sup> tratou-se de uma resposta fornecida à um capitalismo em crise. De acordo com Antunes (2011), ressurgiu o remédio “neokenesiano”<sup>3</sup> para driblar os desmontes dos bens e serviços públicos e dos infortúnios e desolações da classe trabalhadora. Um estágio que remexe na mansa sujeição da sociedade aos rígidos padrões de acumulação capitalista financeira e rentista<sup>4</sup>.

Eclode nos fins do século XX, como resultado ao contexto mundial de rígida aplicação neoliberal<sup>5</sup>, os chamados movimentos antiglobalização sob caráter antineoliberal e de envergadura internacional. Correspondeu a uma ação coletiva global que reuniu setores e redes de movimentos progressistas por todo o mundo, tendo em comum o posicionamento contrário a supremacia capitalista e a dominação dessas práticas nos países subdesenvolvidos e subalternos. Representa uma ação coletiva que ativou uma luta global sob diversas formas de estratégias garantindo uma ampla participação popular. Uma arena de disputas contendo diversas forças sociais (SUNSYARAY, 2020).

De acordo com Bringel e Muñoz (2010), essa influência agrupou ativistas feministas, ambientais, sindicais, de direitos humanos, movimentos sociais, partidos

---

2 Por termos didáticos, a partir de então ao nos referirmos ao Neodesenvolvimentismo, passaremos a nomeá-lo por NDV, uma vez que utilizaremos bastante essa nomenclatura.

3 A tradição Keynesiana, encabeçada pelo economista inglês John Keynes, diante do cenário de crise econômica no crash de 1929, defendia que cabia ao Estado o reestabelecimento econômico e assim, propunha o alcance do pleno emprego e do controle da inflação. Tinha-se o chamado Welfare State - Estado de bem estar social - (BEHRINHG; BOSCHETTI, 2011).

4 A financeirização do capital é a capacidade do capital fictício recriar mais capital em uma escala planetária, o capital se valorizando independente de aspectos produtivos. A financeirização envolve a participação do mercado mundial e de diversas instituições financeiras, em destaque as companhias transnacionais (SANTOS, 2009).

5 Racionalidade econômica que difunde a desregulamentação financeira e a sua ampla liberalização sob um crescimento econômico proveniente das relações com o mercado externo e da ação de políticas macroeconômicas austeras a fim de garantir a estabilidade financeira e fortalecer a centralidade do mercado em detrimento de incentivos e reformas sociais (GONÇALVES 2012a). Nessa ótica, o Estado atuaria de forma mínima para as demandas e aspectos sociais e de forma elevada para os trâmites e interesses do mercado.

políticos e Organizações Não Governamentais (ONGs). Com a proposta de unir o local e o global, essas mobilizações levantaram suas bandeiras de lutas. Segundo esses autores, tais iniciativas viabilizou a construção de um espaço político, um campo que antes era ocupada pela ação exclusiva dos Estados e organizações internacionais.

A visibilização e o alastramento desse posicionamento passa a estabelecer uma relação mais próxima entre os Estados e a sociedade civil, movimento em que os primeiros passaram a considerar algumas demandas, posições e participação dessa última. Uma rede em potencial que denunciou as discrepâncias entre as camadas mais abastadas e as mais baixas em um momento de saltos exorbitantes em escala planetária da acumulação capitalista, reivindicando uma condução do Estados nacionais mais justa e equânime (BRINGEL; MUÑOZ, 2010).

Com o fortalecimento dessa rede em comum, destaca-se expressivos encontros para articulação de propostas de ação e estratégias políticas. Como marco dessas ações reivindicativas destacam-se os protestos à Rodada do Milênio, patrocinada pela Organização Mundial do Comércio (OMC), uma reunião ocorrida em 1999, em Seattle nos EUA, na qual discutiu as regras do comércio internacional. Na ocasião, manifestantes foram às ruas e apontaram a OMC como um dos principais vetores da degradação ambiental e do subdesenvolvimento de muitos países. Apontamos ainda a ação promovida pelo Fórum Social Mundial (FSM), em 2001 também na cidade de Seattle (EUA), uma iniciativa que visava evidenciar a natureza espoliativa do capital e seus desdobramentos sociais. Outro destaque, foram as manifestações de 2001, em Gênova na formação de uma arena de luta em oposição à guerra do Iraque e os protestos contra a Área de Livre Comercio das Américas (ALCA) (SUNSYARAY, 2020).

De acordo com Castelo (2013a), compunha a pauta reivindicativa dos ativistas o fim dos acordos comerciais, do livre fluxo do mercado e o posicionamento de importantes agências multilaterais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, quanto aos rumos da globalização, pois contestavam a forma das negociações entre países periféricos e centrais que ocorriam por intermédio das companhias internacionais. Levavam em relevo o aprofundamento da decadência

econômica e social das economias neoliberais latinas fruto dessa relação divergente, de subalternidade com as transnacionais. “Pela primeira vez na história do capitalismo, uma crise financeira em um país periférico é suscetível de abalar os mercados centrais” (CASTELO, 2013a ,p. 273).

As populações latino-americanas foram impactadas de modo mais atroz em sua realidade<sup>6</sup>. Em meados dos anos noventa os rebatimentos do receituário rígido do neoliberalismo atingiram todas as esferas das relações sociais em países estratégicos da região. As áreas industriais e produtivas de países como México, Brasil e Argentina foram erodidas sob vultuosas taxas de dívida pública, crise cambial e redução drástica dos direitos sociais, serviços e bens públicos. Com destaque as altas de rompimento das relações trabalhistas formais e o massivo crescimento do desemprego estrutural e da conseqüente precarização do trabalho (CASTELO, 2013a). É nesse contexto que se erige na região uma série de manifestos de encontro o modelo neoliberal.

Nesse movimento, o início do século XXI assinala uma trajetória de insurreições na América Latina. Eclodiram diversos atos e manifestações das principais economias da região que se contrapôs a aplicabilidade do livre mercado. Um cenário que modificou o apassivamento das classes populares em relação aos desígnios neoliberais. Essas manifestações delimitaram o escopo de atuação do avanço do capitalismo nessa região e atenuaram a intensidade da aplicação do projeto burguês desenvolvido pela direita nos anos de 1970 (SUNSYARAY, 2020, p. 42).

A partir desses levantes, há na região um ascenso de governos ditos progressistas que emergiram ante as pressões populares. De acordo com Katz (2016), pelo menos cinco países conseguiram destronar presidentes que seguiam projetos e programas de feições tipicamente neoliberais, foram eles Argentina, Bolívia, Equador e Peru que entre os anos de 2000 a 2005 protagonizaram verdadeiras rebeliões denunciando as insatisfações políticas nessas localidades. Segundo Castelo (2013a), é diante desse movimento que as classes dominantes recompõem a sua estratégia de dominação e reacende a temática de um novo desenvolvimentismo como alternativa ao neoliberalismo “fracassado” uma tendência ideopolítica que conjugava uma intervenção balanceada e equilibrada entre os

---

<sup>6</sup>O resultado da implantação desse programa foi uma série de crises financeiras dos países dependentes nos anos noventa. Países como México, os Tigres Asiáticos (Hong Kong, Cingapura Coréia do Sul e Taiwan), Rússia, Brasil e Argentina foram atingidos por esse processo (KATZ, 2016).

interesses macroeconômicos e os dilemas sociais, entre Estado e mercado.

No Brasil, a temática a respeito da afirmação de um novo modelo de desenvolvimento ressurgiu nos governos democráticos-populares do Partido dos Trabalhadores (PT). No país não temos a demarcação de um cenário contestatório como em outros países da região latina, mas essa conjuntura mundial rebate em nosso território e as franjas dominantes seguem na direção de uma atuação mais “branda” e comedida para com as camadas baixas e com um certo “comprometimento social (CASTELO, 2013). Isso também, porque os encaminhamentos neoliberais direcionados nos governos de Fernando Cardoso foram desastrosos e pífios como a privatização de grandes estatais e o aumento desordenado da nossa dívida pública, uma grave situação de desequilíbrio nacional.

Desse modo, objetiva-se problematizar o primeiro ciclo histórico do NDV, na conjuntura sociopolítica da sociedade brasileira, com destaque aos anos de 2006 a 2010, período de maior concretude dessa condução política e econômica.<sup>7</sup> Importa colocar que partilhamos da percepção de Ferreira (2018) acerca da sua compreensão sobre o NDV. Para a autora, ele é a um só tempo um ideário político que postula o desenvolvimento econômico aliado com o social, um modelo econômico que oportuniza ganhos a população por intermédio do investimento estatal, mas segue valorizando e favorecendo o grande capital, pois orienta-se por meio dos grandes organismos internacionais para o pagamento da dívida pública e por fim, uma tendência latino-americana no início dos anos 2000 para driblar as ríspidas ofensivas neoliberais.

O estudo busca desvelar a essência dessa processualidade histórica na sociedade brasileira. Conforme nos fala Ianni (1986), a realidade é o resultado de múltiplas determinações que só podem ser alcançadas por meio da razão dialética. Para tanto, apoiamo-nos na teoria social de Marx que nos permite, por meio de aproximações sucessivas do nosso objeto, uma análise da totalidade e de suas determinações. Pois, concordando com Kosik (2002, p.35) “A realidade é interpretada não mediante a redução a algo diverso de si mesma, mas explicando-a com base na própria realidade, mediante o desenvolvimento e a ilustração das suas

---

7 O segundo ciclo compreende os governos de Dilma Rousseff (2011-2016), momento de erosão desta tendência.

fases, dos momentos do seu movimento”.

## **II CARACTERIZAÇÃO E CONTRADIÇÕES DO NEODESENVOLVIMENTISMO**

É no segundo mandato do presidente Lula da Silva que temos uma materialização de fato desse rearranjo entre mercado, Estado e sociedade (CASTELO 2013a). De acordo com Castelo (2014), vendiam a ideia de um capitalismo solidário e integrador em oposição a um capital rentista financeirizado sob o “extremismo” neoliberal hegemônico nos anos 1990 e considerado pelos novos desenvolvimentistas, como o responsável das drásticas consequências sociais e econômicas do livre-mercado.

O período neodesenvolvimentista no país é marcado pela conjunção ao incentivo do crescimento econômico interno e a promoção de políticas e investimentos sociais. Destaca-se nessa quadra, a ampliação de programas sociais, como os de transferência de renda, a abertura do crédito à pessoa física e a consequente viabilização do consumo, o incentivo às empresas de capital nacional por meio do Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES) e as grandes obras na área de infraestrutura viabilizadas pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Conforme Castelo (2014) os principais aspectos que classificam esse momento são: a) Ação complementar e decisiva do Estado que atuará como suporte central ao investimento privado; b) No campo econômico - o controle dos gastos da união, garantia do superávit primário, estabilização da inflação, cambio flutuante, sem um controle sistemático do governo e investimento interno; c) investimentos fiscais e desonerações concedidas pelo Estado às empresas estratégicas; d) ampliação do salário mínimo e do crédito e conseqüentemente, um significativo crescimento do consumo interno e, e) política social de transferência de renda de forma focalizada e pontual a população de vulnerabilidade extrema.

De acordo com Castelo (2013b), os primeiros estudiosos a afirmarem sobre a emergência e o estabelecimento de um novo formato de desenvolvimentismo no país em contraposição ao rigor neoliberal extremado foram Bresser–Pereira, inserido em uma linha macroeconômica na qual defendia que o Estado deveria ser o principal aporte e fomentador dos investimentos privados e do mercado e só assim alcançaria um rápido retorno no campo social também. E, numa linha mais Keynesiana o economista João Sicsú que seguia na compreensão de Bresser–Pereira, mas acrescentava a perspectiva da justiça social. Reconhecia a necessidade de um Estado forte no âmbito social e econômico e para tanto, defendia a implantação de programas e medidas voltadas as principais demandas sociais.

No entanto, ambos intelectuais admitia as similitudes dessa tendência com o modelo neoliberal. Na qual, pode-se citar a apologia de equidade e igualdade de oportunidades, o incentivo a programas de transferências de renda para atenuação da pobreza e suas mazelas, bem como admitem a assistencialização na rede de proteção social em lugar de uma política contundente e forte para criação de empregos, negligenciam o processo de privatizações ocorridos nas áreas de direitos básicos como saúde, educação e previdência e conclamam a população para responsabilizar-se dos infortúnios sociais por meio do voluntariado, de ações benevolentes e filantrópicas e no alto incentivo ao empreendedorismo.

Na perspectiva dos autores que tecem uma crítica<sup>8</sup> a este ciclo, nessa leva citamos Sampaio Jr., Castelo, Katz, Gonçalves, Mota, entre outros, há um consenso de que essa tendência se estabeleceu na América Latina como uma contrarrevolução burguesa cuja finalidade era a de intensificar os processos de dependência, exploração e subjugação sob mecanismos mais sofisticados de coesão e cooptação. Compreende-se que as demandas e emergências populares foram consideradas e apropriadas por setores dominantes para garantir a manutenção do seu poderio e o aprofundamento e fortalecimento de sua estratégia de “ataque” e defesa (CASTELO,

---

8 Ferreira (2018) vai enquadrar essa leva de autores e outros mais como pertencentes a matriz teórica da crítica radical por estarem vinculados ao pensamento crítico dialético de Karl Marx e por tecerem severas problematizações a esse ciclo histórico, considerando que essa tendência endossa e “refina” o neoliberalismo.

2009).

O autor denomina esse novo contexto por social-liberalismo, uma espécie de terceira via conjugando uma disputa ideológica entre a racionalidade do mercado, tida como a ortodoxia convencional, representada pelos setores dominantes e rentistas e o pensamento reformista vinculado à tradição esquerdista na qual, se insere também os adeptos ao socialismo. Tinha-se assim um caminho ideal e atrativo de desenvolvimento alternativo e “modernizado”, atendendo as exigências daquela sociedade latina que queria o afastamento da aplicação neoliberal. Com isso, a classe dominante atende as exigências impostas pelo capital diante daquele cenário de crise no final dos anos noventa e reconfigura a sua supremacia burguesa na região<sup>9</sup> (CASTELO, 2013a).

Castelo (2009) empreende uma crítica ao fato dos neodesenvolvimentistas<sup>10</sup> terem desconsiderado os estudos de intelectuais como Otavio Iani, Florestan Fernandes, Caio Prado Jr., entre outros, autores críticos da formação interna nacional que tiveram grande repercussão nas décadas de 1950 e 1960 – período do chamado Nacional– Desenvolvimentismo (ND).<sup>11</sup> Esse fato contribuiu para que se deixasse de as problemáticas estruturais como a do subdesenvolvimento, a da dependência e da fragilidade externa nacional.

Nessa visão, os neodesenvolvimentistas compreendiam o subdesenvolvimento como resultante de fatores internos e acreditavam que tal condição poderia ser sanada empregando mecanismos inteligentes e eficientes dentro da própria política nacional. Assim, apostavam no capitalismo, na democracia e na soberania nacional para conter atrasos e disparidades históricas e alcançar voos sociais e econômicos. Não havia uma visão crítica e dialética da realidade da

---

9

10 Os juízos que faremos ao Neodesenvolvimentismo corresponde a compreensão de sua origem quanto uma alternativa a condução neoliberal, desgastada naquela quadra. As análises dos autores que nos darão suporte nesse movimento, referem-se às experiências ocorridas nos países dependentes, com destaque o contexto Latino e um enfoque ao cenário asiático. Contudo, a análise tecida relaciona-se à experiência interna.

11 Assim como feito com o NDV, a partir daqui quando nos referirmos ao Nacional Desenvolvimentismo, trabalharemos por ND. De acordo com Castelo (2009, p. 73) entre as principais características desse modelo econômico situa-se: defesa a autonomia e soberania nacional; industrialização como caminho necessário para superação dos entraves do desenvolvimento da periferia e o Estado como agente de políticas de planejamento e bem-estar social.

região, as mediações dessa totalidade não se alcançam sob essas concepções. Não há um exame profundo e consistente das questões econômicas, sociais, culturais e políticas que compõe a história das nações latinas.

Para Castelo (2009) outro impasse dos neodesenvolvimentistas era a não problematização do caráter burguês do Estado e o seu ordenamento classista. Antes, polarizavam o debate entre a fração rentista e a produtiva/industrial na qual, dentro dessa linha a primeira adotava firmemente os rumos neoliberais e a segunda buscava um maior equilíbrio na dinâmica da sociedade. De acordo com o nosso autor, há um negligência acerca da teorização e da concepção política do duplo caráter do Estado, sua natureza “reparadora” que tanto reivindica e afirma os direitos, quanto legitima e naturaliza as desigualdades.

Ainda sobre esse ponto, Castelo (2009) problematiza o debate colocado pelos neodesenvolvimentistas entre a burguesia rentista e produtiva. No qual, coloca a primeira como vilã, correspondente ao capital ortodoxo e monetário, interessada apenas na reprodução crescente de capital e a segunda associado a algo positivo e benéfico, pertencente a uma seara de capital “domesticado”, mais “humano” e acessível, prevendo uma maior distribuição de renda e bens a população. Para este autor tal teoria é infundada uma vez que os neodesenvolvimentistas continuam fundamentados ideologicamente no neoliberalismo, sendo regidos pelas mesmas frações dominantes no bloco no poder, fato que os tornam um pedestal para o capitalismo em sua fase contemporânea.

Outra assertiva apontada por Castelo (2009) na crítica ao NDV, é a unidade eclética da teoria neoliberal formada por esse ideário, na qual destina à sociedade civil a responsabilização e a culpabilização pelas expressões da questão social. Com isso, se dissemina um discurso humanitário e ideológico às práticas do voluntariado, das posturas filantrópicas empresariais, a intensificação de políticas sociais focalizadas, restritivas e por tempo determinado, o estímulo ao terceiro setor, às sociedades mistas de capital privado e público que na verdade, se utilizam dos recursos estatais para a realização de suas atividades, como as Organizações Não Governamentais (ONGs) e as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPS).

Conforme reitera Castelo (2009), os neodesenvolvimentistas consideravam a adoção do termo equidade social como uma pauta de desenvolvimento econômico. De acordo com o autor, essa postura deriva de um mecanismo neoliberal de supor a possibilidade do desenvolvimento econômico desempenhando justiça social. Essa ideologia é difundida centralizada no indivíduo e nas suas particularidades, naturalizando as desigualdades e sem quaisquer julgamentos sobre às relações econômicas capitalistas e ao processo de acumulação produtiva e acumulação capitalista.

Desse modo, o termo equidade social é adotado estrategicamente como forma ideopolítica de legitimação e ampliação da ordem. Em momento algum há um comprometimento para a superação à ordem ou uma conclusão de que os infortúnios e assolações sociais são provenientes do modo de produção capitalista. Em vez disso, a saída fornecida é viabilizada pelo mercado com o discurso do crescimento econômico (SUNSYARAY, 2020, p. 56).

Em sua análise, Katz (2016) critica a tendência neodesenvolvimentista em tomar como parâmetro a experiência do sudeste asiático<sup>12</sup>. Para o autor, é uma falha colocar esse modelo como referência para América Latina, uma vez que fracassou nessa localidade. No entanto, os neodesenvolvimentistas apontam tal cenário como motor para alcançar um desenvolvimento “intermediário”, defendendo inclusive à criação de uma “nova China” no território latino. O fundamento desse posicionamento permeia-se no objetivo de tornar/levar as nações periféricas a situações de prosperidade visando atingir patamares de países centrais.

Tal postura é piegas. Uma vez que os fatores de subalternidade e dependência da região latina se explicam no processo de constituição das mesmas, sendo estrutural histórico e sistemático. A região desde que “descoberta” pelos países centrais fora fruto de toda sorte de rapina, assaltos e espoliação, servindo de “quintal” para os interesses estadunidenses e europeus nas suas buscas de incessantes lucros e terras (PAIVA; ROCHA; CARRARO, 2010).

Segundo Katz (2016), o modelo do sudeste asiático fortaleceu a tese do desenvolvimento desigual e combinado. Permeado nos pilares da competição, do

---

<sup>12</sup>Segundo Katz (2016) as economias do extremo oriente (Japão, China, Taiwan, Coreia do Norte, Coreia do Sul) baseadas em um modelo de exportação de manufaturas e obedecendo as ortodoxas exigências do mercado de produção (por meio da superexploração do trabalho) tiveram um boom nas suas relações comerciais com o mercado externo, estabelecendo-se em uma situação superavitária. Os neodesenvolvimentistas queriam colocar a América Latina em pé de igualdade com essa região, visando também à disputa com esse modelo de produção e os seus dirigentes.

individualismo e da exploração massiva de mão de obra, resultou tanto num aumento das exportações quanto no distanciamento da distribuição de renda e altíssima disparidade econômica. De acordo com esse autor, balizados nos pilares de democracia, autossuficiência interna e expansão dos postos de trabalho sempre haverá os vencedores e os que ficarão à parte, alijados desse programa de progresso.

Logo, temos que o NDV não priorizou uma problematização/teorização para o mundo do trabalho e suas características contemporâneas, assim como não colocou/planejou possíveis saídas para a problemática do desemprego estrutural, dos insuficientes postos de trabalho e da intensificação da precarização. Na esfera econômica, trabalhou-se com a depreciação cambial para atrair o capital de fora. No entanto, não considerou o fato dessa condução elevar os preços internos e consequentemente, contribuir para o empobrecimento dos trabalhadores (KATZ, 2016).

É relevante o destaque nas avaliações de Katz (2016) que discute o fato de que mesmo já tendo sido aplicado no Extremo Oriente, sob uma massiva exploração da força de trabalho e ter sido inviabilizado tendo em vista a não realização daquilo que propunha. Tal modelo ainda passou a ser fortemente (em termos similares inclusive do que apresentado na experiência asiática) considerado como solução na região latina, mesmo diante de experiências de malogro que resultaram em seu ocaso.

Outro ponto problematizado pelo estudioso refere-se ao fortalecimento da tendência endogenista perspectiva nas formulações da Comissão Econômica para América Latina (Cepal)<sup>13</sup> dos anos de 1980, endossava que a condição de subdesenvolvimento era de responsabilidade interna. Os economistas associados à nova Cepal<sup>14</sup> difundiam que a situação de subalternidade da América Latina

---

13 Esse órgão direcionava os países periféricos ao incentivo da industrialização no lugar das importações a fim de se alcançar uma autonomia nacional na autoproductividade, pregava-se a ideia de que com esforço e planejamento certo a região deixaria a sua condição subalterna.

14O pensamento da Cepal progressista fortaleceu críticas ao antigo desenvolvimento, e se mostrou favorável à abertura comercial, a privatização e a flexibilização do trabalho como saídas. Katz (2016) fundamenta a tese de que o neodesenvolvimentismo foi fruto da dissolução da antiga Cepal.

correspondia a má utilização dos recursos da região. Se pudéssemos validar essa afirmação, cada país seria responsabilizado, o avanço ou o atraso seria decorrente de uma escolha feita pelos mesmos. “Com essa interpretação, subtende-se que a África decidiu ser saqueada e a América Latina optou pelo atraso, em contraposição ao destino de prosperidade adotado pela Europa ou EUA” (KATZ, 2016, p. 179).

Katz (2016) assim como Castelo (2009), ainda critica a concepção do Estado tomada pelos latinos neodesenvolvimentistas. Conforme nos fala, esses estudiosos se enganam ao colocar nas mãos do Estado a solução para o desenvolvimento. Pontua que não há um estudo sobre a natureza desse Estado que pleiteia em favor de camadas específicas da burguesia a depender da correlação de forças no bloco no poder. Ao colocar a solução para o desenvolvimento no “colo” do Estado, essa teoria omite que o subdesenvolvimento dos países periféricos é reproduzido pelos próprios Estados, que ratificam e reforçam essa realidade e trabalham pela manutenção da ordem.

Castelo (2012), afirma que esse ideário corresponde a um processo de decadência ideológica do pensamento econômico brasileiro, pois, mais uma vez (antes, com a experiência do ND) se fortalece entre os setores progressistas, de produção, e demais grupos sociais, a triste utopia de que por meio de uma direção burguesa se atingiria ascenso social, político e econômico, desembocando em condições de vida mais justas e saudáveis. “É impossível se confiar no papel progressista da burguesia” (CASTELO, 2014, p. 587). Mesmo que em determinadas conjunturas, frações burguesas se aliem a pautas e bandeiras da classe trabalhadora, a essência burguesa compreende a lógica do capital e segue sempre o seu estágio contemporâneo de acumulação. A classe burguesa reproduz e aprofunda a lógica do mercado.

Diante dessas críticas compreende-se que esse modelo trabalhou em conjunto com o neoliberalismo, embora possuindo especificidades interviu no sentido de expandir as condições favoráveis para a acumulação. Estabelece-se como uma “via livre”, do bem comum, propagando uma coesão e harmonia inexistente com as estruturas do Estado e da sociedade civil ao invés do confronto e do exercício combativo com os reais motivos da dependência. Para castelo (2013a),

o neoliberalismo possui um caráter conservador – resgatador e o novo desenvolvimentismo tem uma natureza reformista-conservadora, “[...] ou seja, ao tempo que traz peculiaridades, consolida o seu campo ideológico” (SUNSYARAY, 2020, p. 58).

## 2.1 Neodesenvolvimentismo: adaptação do ND ou releitura do Consenso de Washington?

Nesse seguimento, continuando uma argumentação crítica do NDV no Brasil, trabalharemos agora as similitudes e divergências entre NDV, Consenso de Washington e o ND, isso porquê Gonçalves (2012a) aponta a experiência neodesenvolvimentista como uma releitura dos aspectos “positivos” do ND e do chamado pós-consenso de Washington<sup>15</sup>. Ademais, os críticos desse novo desenvolvimento denunciam que essa teoria retoma aspectos que já foram falíveis tanto no desenvolvimento tradicional quanto na ideologia liberal.

Analisando a teorização NDV, Gonçalves (2012a) aponta a função histórica do Estado burguês como um ponto nevrálgico na evidência de retorno aos pilares do ND. Os novos desenvolvimentistas trabalhavam na perspectiva da aliança entre capitalistas e trabalhadores, pondo os interesses nacionais acima dos conflitos antagônicos entre essas duas classes. A saída postulada a esse problema era a mesma defendida pelos antigos desenvolvimentistas, argumentam que caberia ao Estado intervir em favor da burguesia industrial e dos trabalhadores, o que nessa visão, resultaria em um ganho mais abrangente para a população do que um direcionamento a uma camada exclusiva da burguesia.

Quanto as principais discrepâncias, o ND trabalhava com um crescimento baseado nos resultados internos de consumo e investimento nos gastos públicos. O

---

<sup>15</sup>Após a evidência dos desastres promovidos pelo neoliberalismo “puro”, aplanado nas diretrizes defendidas pelo consenso de Washington, se levanta um grupo de críticos e estudiosos em um movimento de rever as falhas e harmonizar esse planejamento para ser executado nas sociedades periféricas em busca do alcance ao desenvolvimento. (FOLHA DE SÃO PAULO, 1998). Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs12079804.htm>>. Acesso em: 20/07/2022.

NDV por sua vez, possuiu um caráter externo cuja aposta de crescimento era a exportação. Gonçalves (2012a) destaca o fato de que o NDV se enquadra nas pretensões do Banco Mundial de 1980, no qual defendia um maior investimento em exportações para o alcance de uma renda mais significativa. Argumento esse, segundo esse autor, equivocado, uma vez que essa relação nem sempre se estabelece de modo proporcional.

Logo, a grande disparidade entre os dois modelos concentra-se entre o protecionismo e a liberação comercial. Enquanto o ND adotava o protecionismo - medida em que o Estado favorece as atividades econômicas internas e reduz as importações, a fim de proteger o mercado nacional da concorrência externa e estimular o aumento produtivo, tecnológico e a abertura de empregos-, o NDV aderiu a liberação comercial visando a livre concorrência e as relações externas, nesse sistema, o Estado não interfere na troca de bens e serviços entre os países. Percebe-se assim um afastamento claro das premissas ND pelo NDV, como afirma Gonçalves (2012b), trata-se de um “Nacional Desenvolvimentismo às avessas”.

Uma conjuntura em que segundo nos fala (GONÇALVES 2012b) foi evidenciado os seguintes processos: desindustrialização; dessubstituição de importações; reprimarização das exportações; maior dependência tecnológica; maior desnacionalização e perda de competitividade internacional. Esse autor contrasta as seguintes análises: a) as que consideram esse período como resultante de grandes transformações; b) as que o caracterizam por dar vazão às perspectivas estruturais fundantes da desigualdade social e subordinação imperial e c) as que caracterizam as políticas desempenhadas a partir de 2005 como desenvolvimentistas.

Quanto as principais equiparações do NDV com a agenda neoliberal, tem-se em relevo a política cambial. O novo desenvolvimentismo seguia as regulações colocadas no Consenso de Washington, visando à competitividade internacional a partir da produção interna e para isso, propunha uma taxa de câmbio competitiva. Diferenciando-se desse modo, da direção ND a qual previa um câmbio inconstante que poderia ser utilizado em diferentes situações, conforme a demanda interna seja para o ajuste das contas externas, na taxa de inflação ou na própria acumulação do capital (GONÇALVES, 2012a). Podemos inferir, que em larga parte o

direcionamento se afasta do ND assim como se aproxima mais veementemente uma das direções imperativas neoliberais, como o trato da política macroeconômica, a estabilidade fiscal e a administração da inflação.

Conforme Bresser–Pereira (2012), entre as principais características do ND temos: industrialização por substituição de importações; centralidade do Estado nas operações de investimentos; uma importante política industrial; equilíbrio ante os déficits orçamentários e relativa complacência/flexibilidade com a inflação. Quando ao NDV destaca-se: crescimento proveniente das exportações mais uma parca participação com mercado interno forte; Estado como responsável na diminuição das desigualdades econômicas e na criação de oportunidades. Política industrial subsidiária, sem complacência com inflação.

A respeito das políticas macroeconômicas, em comparação com a ortodoxia convencional e o NDV, podemos inferir que no modelo neoliberal o superávit primário é o padrão fiscal do Banco Central (BC); a meta prioritária do BC é o controle da inflação sob um único instrumento a taxa de juros a curto prazo, ou seja uma taxa oscilante e essa deve ser endógena e alta assim como a taxa de câmbio que deve ser flutuante e endógena. Já no NDV, o déficit orçamentário e a poupança pública são os padrões fiscais centrais, ao BC cabe contornar e intermediar as taxas de câmbio, emprego e inflação; o BC possui uma maior liberdade para com o trato e administração da taxa de câmbio e essa última é flutuante mas sob administração do BC (BRESSER–PEREIRA, 2012).

Gonçalves (2012a) conclui que o novo desenvolvimentismo, o pós-consenso de Washington e a Nova Cepal<sup>16</sup> são versões do liberalismo enraizado, uma ofensiva burguesa buscando o reestabelecimento do “trono” - reerguer o seu ideário político, legitimando para tanto a sua condução política. Por isso – explica -, o fato de um dos campos desse modelo ser vinculado a tradição keynesiana a qual contempla uma coluna do liberalismo. O novo desenvolvimentismo coaduna elementos do modelo

---

16 Termo em que se designa a Cepal “progressista” dos anos de 1980 em diante, pois, considera que as mudanças ocorridas em seu interior, levaram essa comissão a outro rumo, não podendo mais ser compreendida entre os órgãos que visavam uma alternativa ao enfrentamento neoliberal, outrora hegemônica.

liberal e legitima essa racionalidade a partir da intervenção estatal.

O desafio do neodesenvolvimentismo consiste, portanto, em conciliar os aspectos “positivos” do neoliberalismo- compromisso incondicional com a estabilidade da moeda, austeridade fiscal, busca de competitividade internacional, ausência de qualquer tipo de discriminação contra o capital internacional com aspectos “positivos” do velho desenvolvimentismo- comprometimento com o crescimento econômico, industrialização, papel regulador do Estado, sensibilidade social (SAMPAIO JR., 2012, p.179).

O autor desvela nesse trecho, que esse modelo aliou os fatores que garantem a materialidade do Consenso de Washington, com os aspectos que deram substância ao Antigo Desenvolvimento. No entanto, critica o modo como foi sustentado, o classificando no chamado “hibridismo atípico” (SAMPAIO JR., 2012, p. 680), com a junção dos fatores que julgavam acertados dos dois polos: desenvolvimentismo e liberalismo. Para Sampaio Jr., mesmo estabelecendo uma oposição direta a ortodoxia convencional, esse movimento desagua por completo na ótica neoliberal. Em suma, o novo desenvolvimentismo não apresenta uma concepção “nova” ou diferenciada de desenvolvimento das experiências já exercidas, trata-se de um revisionismo daquilo que já não deu certo, e que, portanto, em sua essência já estava fadada ao declínio.

### **III CONCLUSÃO**

A crise do sistema capitalista no início dos anos 2000 evidenciou as próprias contradições imanentes à sua natureza, as quais se reproduziam em todas as esferas da sociedade, financeira, ambiental, trabalhista, política e social. Evidenciava-se a impossibilidade de manter a nível global uma “aparente” civilidade e as consequências dessa aplicabilidade atingiram as classes mais vulneráveis em diversos âmbitos da sua sociabilidade. Como bem coloca Antunes (2011, p.11) “O sistema capitalista, por não ter limites para a sua expansão, acaba por converter-se numa processualidade incontrolável e profundamente destrutiva.”

Foi no interior de uma das recentes crises do capitalismo que o debate sobre

a emergência de um novo desenvolvimento começou a ser vigorado. Depois de mais de seis décadas mergulhados na ilusão desenvolvimentista da possibilidade de romper com o subdesenvolvimentismo, o século XXI propôs uma “releitura” daquele antigo modelo. Os neodesenvolvimentistas retiraram aspectos “positivos” do ND e das pretensões “acertadas” de Washington, convencidos de que lograriam êxito na conjuntura em questão. Conseqüentemente, repetem-se antigos erros reatualizando-os em um projeto já fracassado e vencido pela ordem do capitalismo.

Se é verdade que essa quadra viabilizou conquistas sociais históricas às classes trabalhadoras, ações de crescimento econômico e integração social, é bem verdade que validou também um estágio de acumulação “silenciosa” e desmedida do capital, da sua naturalização, o colocando como única alternativa possível no plano da realidade. Associou elementos os quais julgou como viáveis, para lançar uma alternativa capaz de garantir uma mínima estrutura social sem modificações radicais nas bases sociais, um formato de desenvolvimento que acompanhou o estágio capitalista daquela quadra.

Nestes termos, apesar de apresentar especificidades, as contratendências que garantiram uma proteção ainda que mínima aos miseráveis e pobres do país, e se apresentou como um projeto político contrário a ortodoxia convencional, não era averso a lógica liberal, pelo contrário, a irrompia favorecendo assim, o sistema de concentração e legitimando a acumulação financeira.

Carvalho (2018) discute que no período estudado não existiu mecanismos para que a riqueza do topo da pirâmide fosse de algum modo redistribuída e não houve queda na parcela de renda apropriada. Tratou-se de um período de vitória do capital sob os altíssimos lucros como a elevação dos preços dos imóveis e dos ativos financeiros no período. A escolha por ficarem na superfície dos fenômenos impede que se apercebam tais disparidades. Os questionamentos são dentro do panorama dado. Negligenciam-se os rebatimentos do imperialismo e da ordem global na indústria, no crescimento econômico e na desigualdade social. Supervalorizam-se os fortuitos índices sociais e econômicos e desconsideram os aspectos negativos imbricados nesse modelo. Por isso, reforçavam a ideia de que a sociedade brasileira vivenciava um período endógeno de crescimento e altivez

nacional.

Tratou-se de uma tonificação do Estado neoliberal subserviente à lógica financeira, macroeconômica, assentada no tripé do livre mercado, de um regime para o engrandecimento de poucos, um sistema que preserva a finalidade primordial da lei de responsabilidade fiscal para reter e direcionar o erário ao pagamento da dívida pública. Tem-se assim o fortalecimento de um Estado neoliberal patrimonialista, passível aos interesses privados dos grandes grupos econômicos e das oligarquias políticas e regionais (SUNSYARAY, 2020, p.168).

Conforme Mézáros (2012), para superar esse sistema sociometabólico é necessário ir radicalmente de frente na resistência contra o capital, sobrepujando a sua sociabilidade e supremacia avassaladora e destruidora. Assim, expõe-se a necessidade de destituição da vigente estrutura econômica para romper as amarras desse sistema de domínio social, opressões à classe trabalhadora e gritantes discrepâncias nos diversos âmbitos da vida.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. INTRODUÇÃO. A substância da crise. In: MÉSZÁROS, István. A crise estrutural do Capital. São Paulo: Boitempo, 2011.

BEHRING, Elaine; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social fundamentos e história**. 9 ed, São Paulo: Cortez, 2011.

BRESSER-PEREIRA. Do antigo ao novo desenvolvimentismo na América Latina. In: PRADO, Luiz Carlos (Org.). Desenvolvimento econômico e crise. Rio de Janeiro: **Contraponto**, 2012, p. 27-67.

BRINGEL, Breno; MUÑOZ, Enara. Dez anos de Seattle, o movimento antiglobalização e a ação coletiva transnacional. **Ciências Sociais Uníssonos**, São Leopoldo, v.46, n.1, p. 28-36, 2010.

CARVALHO, Laura. **Valsa brasileira: do boom ao caos econômico**. São Paulo: Todavia, 2018.

CASTELO, Rodrigo. **O social-liberalismo auge e crise da supremacia burguesa na era neoliberal**. São Paulo: Expressão popular, 2013a.

\_\_\_\_\_. O canto da sereia: social-liberalismo, novo desenvolvimentismo e supremacia burguesa no capitalismo dependente brasileiro. **Em Pauta**. Rio de Janeiro, v.11, n. 31, p.119-138, 2013b.

\_\_\_\_\_. A questão do neodesenvolvimentismo e as políticas públicas. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 119, p. 583-591, 2014.

\_\_\_\_\_. O novo desenvolvimentismo e a decadência ideológica do pensamento econômico brasileiro. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 112, p.613-636, 2012.

\_\_\_\_\_. O novo-desenvolvimentismo e a decadência ideológica do estruturalismo latino-americano. **Oikos**. Rio de Janeiro, n. 1, v.8, p. 71-91, 2009.

FERREIRA, Crismanda. **Posicionamentos e estratégias sindicais no contexto dos conflitos do trabalho em Suape**: uma expressão da nova morfologia do sindicalismo brasileiro nos anos 2000. 2018. F383p. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Recife-PE, 2018.

GONÇALVES, Reinaldo. Novo desenvolvimentismo e liberalismo enraizado. **Serviço Social e sociedade**. São Paulo. N. 112, p.637-671, 2012a.

\_\_\_\_\_. Governo Lula e o nacional-desenvolvimentismo às avessas. **Revista da sociedade brasileira de economia política**. São Paulo, n.31, p. 5-30, fev. 2012b.

IANNI, Otavio. A Construção da Categoria, 1986 (transcrição de aula).

KATZ, Claudio. **Neoliberalismo neodesenvolvimentismo socialismo**. São Paulo: Expressão popular, 2016.

KOSIC, Karel. **Dialética do concreto**. 2. ed, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

PAIVA, Beatriz; ROCHA, Mirella; CARRARO, Dilceane. Política social na América Latina: ensaio de interpretação a partir da Teoria Marxista da Dependência. **SER Social**. Brasília, n.26, v.12, p.147-175.

SAMPAIO, JR, Plínio. Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 112, p.672-688, 2012.

SUNSYARAY, Iris. **O neodesenvolvimentismo no Brasil**: um estudo sobre a sua gênese, ascensão e contradições (2006-2010). 2020. A553n. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal da Paraíba (UFPB). João Pessoa – PB, 2020.